Demonstrações Financeiras Consolidadas

Banco Agibank S.A. Conglomerado Prudencial

30 de junho de 2020 e 2019 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras consolidadas

30 de junho de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do	
Conglomerado Prudencial	1
Balanço patrimonial	
Demonstração do resultado	
Demonstração do resultado abrangente	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração do fluxo de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas	



Iguatemi Business Avenida Nilo Peçanha, 2.900 9° andar - Chácara das Pedras 91.330-001- Porto Alegre - RS - Brasil

Tel: +55 51 3204-5500 ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos administradores e acionistas do **Banco Agibank S.A.**Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Agibank S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Prudencial do Banco Agibank S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

O Banco Agibank S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras inviduais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, incluindo a Resolução nº 4.720 do Conselho Monetário Nacional e a Circular nº 3.959 do Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 10 de agosto de 2020.

Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)

A demonstração do resultado abrangente (DRA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2020, elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banco, e apresentada como informação suplementar às disposições para elaboração de demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na Circular 3.959 do BACEN. Em nossa opinião, essa demonstração do resultado abrangente foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Circular e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial tomadas em conjunto.



Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota Explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a Administração determinou como necessário para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 25 de setembro de 2020.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP034519/O-6

Dario Ramos da Cunha Contador CRC-1SP214144/O-1

Balanço patrimonial 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

A.:	Nota	30/06/2020	31/12/2019
Ativo Circulante		2.063.511	2.140.677
Disponibilidades	4	55.083	21.593
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	773.315	756.077
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	45.451	161.514
Relações interfinanceiras	O	550	2.150
Operações de crédito	7	1.260.561	1.375.794
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(214.545)	(404.542)
Outros créditos	_	138.914	224.351
Impostos a recuperar	9	15.517	23.564
Valores a receber sociedades ligadas	23	4.024	5.110
Créditos tributários	22.b	53.042	63.263
Devedores diversos	10	38.257	39.557
Títulos de créditos a receber	7	28.866	96.448
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(792)	(3.591)
Outros valores e bens		4.182	3.740
Despesas antecipadas	-	4.182	3.740
Realizável a longo prazo	_	617.982	397.869
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	240.976	197.377
Operações de crédito	7	352.960	193.462
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(10.614)	(9.390)
Recursos a receber de grupos encerrados	8	2.534	2.553
Outros créditos	<u>-</u>	26.536	9.616
Títulos de créditos a receber	7	2	2
Créditos tributários	22.b	14.294	7.051
Devedores por depósitos em garantia	16	2.896	2.563
Devedores diversos	10	9.344	-
Outros valores e bens	-	5.590	4.251
Despesas antecipadas		5.590	4.251
Permanente		111.414	81.428
Investimentos	11	26.603	18.376
Imobilizado	12	11.986	11.274
Intangível	12	72.825	51.778
Total do ativo	- -	2.792.907	2.619.974

	Nota	30/06/2020	31/12/2019
Passivo Circulante		863.208	1.111.177
Depósitos	13	425.825	957.956
Depósitos a vista	10	46.032	26.282
Depósitos a vista Depósitos a prazo		369.013	881.586
Depósitos interfinanceiros		10.780	50.088
Recursos de aceites e emissão de títulos	13	253.210	5.671
Recursos de aceites cambiais		-	233
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito			200
e similares		253.210	5.438
Relações interfinanceiras		657	-
Totagood miorimanoonad		•••	
Outras obrigações		183.516	147.550
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	·-	8	797
Sociais e estatutárias		7.781	24.841
Negociação e intermediação de valores		34	-
Fiscais e previdenciárias	14	21.305	23.343
Obrigações por recursos de consorciados - grupos encerrados		870	514
Diversas	15	153.518	98.055
Exigível a longo prazo		1.369.816	983.159
Depósitos	13	1.202.268	745.361
Depósitos a prazo	-	1.129.739	745.361
Depósitos interfinanceiros		72.529	-
Recursos de aceites e emissão de títulos	13	51.724	167.225
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito	-		
e similares		51.724	167.225
Recursos pendentes de recebimento-cobrança judicial		2.534	2.553
Outras obrigações		113.290	68.020
Diversas	16	59.066	35.952
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	13	54.224	32.068
Patrimônio líquido	17	559.883	525.638
Capital social	•	326.927	326.927
Reservas de capital		14.241	11.436
Reservas de lucros		219.140	193.458
Ajuste a Valor de Mercado - TVM		(755)	38
(-) Ações em tesouraria		-	(6.539)
Participação de acionistas não controladores		330	318
Total do passivo e patrimônio líquido	=	2.792.907	2.619.974

Demonstração do resultado Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	30/06/2020	30/06/2019
Receita da intermediação financeira		685.047	780.901
Operações de crédito	18	642.454	755.573
Resultado operações de câmbio		506	19
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez		12.775	18.732
Resultado com títulos e valores mobiliários		5.867	6.593
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(425)	(16)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	7.f	23.870	-
Despesas da intermediação financeira	_	(252.479)	(452.289)
Despesas de captação no mercado		(47.698)	(61.895)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.e	(73.151)	(389.936)
Provisão para outros créditos	7.e	2.799	(458)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	7.f	(134.429)	-
Resultado bruto da intermediação financeira	-	432.568	328.612
Outras receitas/(despesas) operacionais		(377.047)	(322.464)
Receitas de prestação de serviços	19	4.120	5.600
Rendas de tarifas bancárias	20	10.904	12.745
Despesas de pessoal		(43.633)	(41.395)
Despesas administrativas	21	(323.380)	(263.208)
Despesas tributárias		(32.093)	(36.388)
Resultado de participações em coligadas e controladas		8.697	8.957
Outras receitas/despesas operacionais		(1.662)	(8.775)
Resultado não operacional	-	69	719
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	<u>-</u>	55.590	6.867
Imposto de renda e contribuição social		(13.967)	6.498
Imposto de renda e contribuição social corrente	22	(8.366)	4.346
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	(5.601)	2.152
Participações no resultado		(2.557)	-
Participação de acionistas não controladores		(386)	528
Lucro líquido do semestre	_	38.680	13.893
Quantidade de ações do capital social por lote de mil ações		579.266	574.824
Lucro líquido por ação - R\$		0,0668	0,0242

Demonstração do resultado abrangente Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	30/06/2020	30/06/2019
Lucro líquido do semestre	38.680	13.893
Participação de não controladores	12	2
Lucro líquido do semestre atribuível aos acionistas	38.692	13.895
Itens que podem ser reclassificados para a demonstração do resultado	(793)	4
Títulos disponíveis para a venda	(91)	4
Variação a valor de mercado	(95)	7
Efeitos fiscais	4	(3)
Hedge	(702)	-
Hedge de fluxo de caixa	(1.278)	-
Efeitos fiscais	576	-
Total do resultado abrangente do semestre	37.899	13.899
Resultado abrangente atribuível aos controladores	37.887	13.897
Resultado abrangente atribuível aos não controladores	12	2

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

			Capital	social			Reserva	de lucros	Outros				Participação	
-	Nota	Capital social	Aumento de capital	Capital a realizar	Redução de capital	Reserva de capital	Legal	Estatutária	resultados abrangentes	Lucros acumulados	(Ações em tesouraria)	Total Banco	de não controladores	Total Banco Conglomerado
Saldos em 1º de janeiro de 2019 Outros resultados abrangentes Ajuste MTM - títulos disponíveis		313.384	-	-	-	11.436	19.889	118.005	8	-	-	462.722	323	463.045
para venda Variação na participação de não		-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	4	-	4
controladores Aumento de capital - AGE 30/01/19		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
aprovado em 05/04/19 Cisão parcial conforme AGE	17.a	15.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.000	-	15.000
28/02/19 - aprovado em 26/07/19 Aumento de capital - AGE 30/04/19 - submetido	17.a	-	-	-	(5.900)	-	-	(3.371)	-	-	-	(9.271)	-	(9.271)
à aprovação em 28/05/19 Lucro líquido do semestre Destinações	17.a	-	4.443 -	-	-	-	-	-	-	13.893	-	4.443 13.893	-	4.443 13.893
Juros sobre capital próprio Reservas	17.e 17.d	-	-	-	-	-	- 694	(5.226) 13.199	-	(13.893)	-	(5.226)	-	(5.226)
Saldos em 30 de junho de 2019 Saldos em 1º de janeiro de 2020 Outros resultados abrangentes		328.384 326.927	4.443 -	-	(5.900) -	11.436 11.436	20.583 24.290	122.607 169.168	12 38	-	(6.539)	481.565 525.320	325 318	481.890 525.638
Ajuste MTM - títulos disponíveis para venda		_	_	_	_		_		(91)		_	(91)	_	(91)
Hedge de fluxo de caixa Variação na participação de não		-	-	-	-	-	-	-	(702)	-	-	(702)	-	(702)
controladores Lucro líquido do semestre		-		:		:	-	:		38.680	-	38.680	12	12 38.680
Programa de Partnership Destinações	23.d	-	-	-	-	2.805	-	-	-	-	6.539	9.344	-	9.344
Juros sobre capital próprio Reservas	17.e 17.d	:	-	-	-	:	1.934	(6.868) 30.616	-	(6.130) (32.550)	:	(12.998) -		(12.998) -
Saldos em 30 de junho de 2020	į	326.927	-	-		14.241	26.224	192.916	(755)			559.553	330	559.883

Demonstração do fluxo de caixa Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2020	30/06/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais Lucro antes da tributação e participações		55.590	6.867
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre	•		
com o caixa gerado pelas atividades operacionais		99.528	399.916
(Reversão)/constituição de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	7.e	70.352	390.394
Depreciação e amortização	20	13.113	11.711
Provisão para passivos cíveis e trabalhistas	16	30.471	13.456
Provisão para perdas grupos a encerrar		172	-
(Reversão)/provisão para perdas grupos encerrados		(16)	(95)
Resultado de títulos e valores mobiliários Resultado de equivalência patrimonial		(5.867) (8.697)	(6.593) (8.957)
(Aumento)/redução nos ativos operacionais		(147.836)	(538.707)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	•	5.300	(80.901)
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros			,
derivativos		78.331	(50.734)
Relações interfinanceiras		1.600	(3.118)
Operações de crédito Outros valores e bens		(306.189) (1.781)	(387.587) 467
Outros valores e peris Outros créditos		74.903	(16.834)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais		125.444	265.143
Depósitos	•	(75.224)	154.891
Recursos de aceites e emissão de títulos		132.038	112.803
Relações interfinanceiras		657	326
Instrumentos de dívida elegíveis a capital Outras obrigações		22.156 45.817	30.337 (33.214)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(10.393)	(8.050)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		122.333	125.169
Fluxos de caixa das atividades de investimento	•		
Reversão de juros ao capital		(0.000)	22
(Aquisição)/baixa de bens de uso próprio (Aquisição)/baixa de intangível		(2.608) (31.795)	(119)
Ajuste de avaliação patrimonial		(31.793)	(16.043) 4
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(35.196)	(16.136)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	•	,	, ,
Variação na participação de não controladores		(374)	530
Juros sobre capital próprio pagos		(30.735)	(12.516)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(31.109) 56.028	(11.986) 97.047
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa		30.026	91.041
No início do semestre		722.310	557.344
No fim do semestre		778.338	654.391
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	;	56.028	97.047
Transações que não envolvem caixa e equivalentes de caixa			
Aumento de capital (Nota 17)		-	19.443
Juros sobre o capital próprio creditados ao capital (Nota 17)		-	(19.443)

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco Agibank S.A. ("Banco"), razão social do Banco Agiplan S.A., anteriormente Banco Gerador S.A., é originado da transferência do controle acionário dos antigos acionistas do Banco Gerador S.A. para a sua antiga controladora Agipar Holding S.A., de acordo com o contrato de compra e venda e outras avenças firmado entre as partes em 2 de maio de 2016 e aprovado juntamente com o plano de negócios para continuidade de operações do Banco, pelo Banco Central do Brasil - BACEN, em 26 de julho de 2016. O Banco foi autorizado a funcionar pelo BACEN em 20 de fevereiro de 2009 e iniciou as suas operações no dia 23 de março do mesmo ano. A alteração de denominação social e de sua sede foram aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de agosto de 2016. O Banco, controlado pelo Sr. Marciano Testa e com sede na Rua Mariante, 25, 9º andar, na cidade de Porto Alegre - RS, conforme alterada em 8 de fevereiro de 2019, atua como banco comercial e opera com operações de crédito pessoal, crédito consignado, cartão de crédito e cartão de crédito consignado, bem como captação em depósitos à vista e a prazo.

Em 16 de agosto de 2016 foi alterada a denominação social de Banco Gerador S.A. para Banco Agiplan S.A. e em 10 de janeiro de 2018, com homologação pelo BACEN em 24 de janeiro de 2018, o Banco passou a ser denominado Banco Agibank S.A.

Em outubro de 2016, a Instituição líder do Conglomerado Prudencial, até então Agibank Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (anteriormente Agiplan Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento), passou a ser o Banco Agibank S.A.

Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de dezembro de 2016, foi aprovada, com base em Laudo de Avaliação Patrimonial, emitido por auditor independente com data-base em 31 de outubro de 2016, a cisão parcial dos saldos contábeis da Agibank Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Financeira") e incorporação no Banco Agibank S.A. com o propósito de otimização operacional, ganhos de eficiência, valor e rentabilidade das sociedades, e consequentemente maximização dos resultados. Os registros contábeis foram efetivados em 31 de dezembro de 2016, data da aprovação do evento, considerando as variações patrimoniais entre essa data e a data-base (31 de outubro de 2016) no Banco. Este processo foi homologado pelo BACEN em 14 de março de 2017.

Em continuidade à estratégia de ganho de eficiência administrativa e operacional, em 9 de fevereiro de 2018 os acionistas do Banco aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação dos saldos contábeis da Agipar Holding S.A. com base em Laudo de Avaliação Patrimonial, emitido por auditor independente com data-base em 31 de dezembro de 2017.

O processo de incorporação da Agipar Holding S.A. pelo Banco Agibank S.A. foi submetido à aprovação do BACEN em 15 de fevereiro de 2018 e aprovado em 2 de abril de 2018.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Como consequência da incorporação, as empresas Agibank Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento e Agibank Administradora de Consórcios Ltda. (anteriormente Agiplan Administradora de Consórcios Ltda.), passaram a ser controladas pelo Banco.

A composição dos saldos objeto da incorporação com base no Laudo de Avaliação Patrimonial, e as variações patrimoniais posteriores são demonstradas abaixo:

Parcela do acervo líquido cindido para o Banco Agibank	Agipar
Disponibilidades	439
Títulos e valores mobiliários	340
Devedores diversos	719
Investimentos	22.118
Intangível	50
Outras obrigações - diversas	(18.094)
Patrimônio líquido cindido:	5.572

Com o objetivo de deixar mais transparente a relação das atividades prestadas exclusivamente ao Banco e criar uma estrutura societária com maior capacidade de captação de recursos, em 28 de fevereiro de 2018 o acionista do Banco aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da Questa Holding S.A., com base em Laudo de Avaliação Patrimonial, emitido por auditor independente com data-base em 31 de dezembro de 2017.

O processo de incorporação da Questa Holding S.A. pelo Banco Agibank S.A. foi submetido à aprovação do BACEN em 14 de março de 2018 e aprovado em 16 de abril de 2018.

Como consequência da incorporação, as empresas Soldi Promotora de Vendas Ltda., Promil Promotora de Vendas Ltda., Agibank Corretora de Seguros Ltda. (anteriormente Agiplan Corretora de Seguros Ltda.), Telecontato Call Center e Telemarketing Ltda., Banklab Empresa de Tecnologia Ltda., passaram a ser controladas pelo Banco.

A composição dos saldos objeto da incorporação com base no Laudo de Avaliação Patrimonial, e as variações patrimoniais posteriores são demonstradas abaixo:

Parcela do acervo líquido cindido para o Banco Agibank	Questa
S	4.40
Disponibilidades	143
Aplicações interfinanceiras de liquidez	20
Títulos e valores mobiliários	37
Devedores diversos	39
Investimentos	24.967
Outras obrigações - diversas	(30)
Patrimônio líquido cindido:	25.176

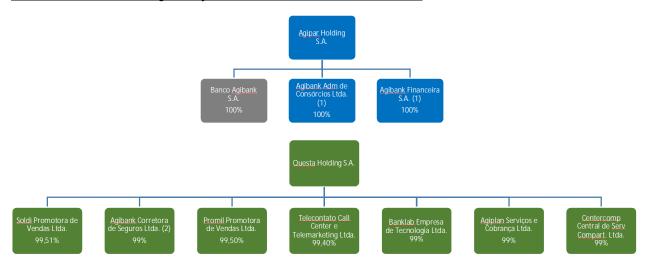
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

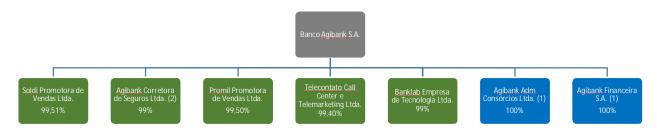
O acervo líquido das controladas diretas da Questa Holding S.A., a Centercomp Central de Serviços Compartilhados Ltda. e a Agiplan Serviços e Cobrança Ltda. foi incorporado pela empresa Nuova Holding S.A., parte relacionada do Banco, com base em Laudo de Avaliação Patrimonial, emitido por perito independente, com data-base em 31 de janeiro de 2018.

A seguir, o resumo da estrutura societária antes e após a conclusão da reorganização societária descrita acima.

Estrutura antes da reorganização societária de fevereiro de 2018



Estrutura após a reorganização societária de fevereiro de 2018



(1) Em 14 de maio de 2018 foi submetida à aprovação do BACEN a alteração da denominação social da controlada Agiplan Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento para Agibank Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (conforme Assembleia Geral Extraordinária de 18 de abril de 2018), aprovado pelo BACEN em 23 de agosto de 2018 e a alteração da denominação social da controlada Agiplan Administradora de Consórcios Ltda. para Agibank Administradora de Consórcios Ltda

(conforme 1ª Alteração Contratual de 24 de abril de 2018), aprovada pelo BACEN em 29 de agosto de 2018.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Estrutura após a reorganização societária de fevereiro de 2018--Continuação

(2) Em 8 de junho de 2018 foi aprovada a 13ª Alteração e Consolidação do Contrato Social da controlada Agiplan Corretora de Seguros Sociedade Simples Ltda. que alterou a denominação social para Agibank Corretora de Seguros Sociedade Simples Ltda

Em 21 de junho de 2018, com base na documentação constante do Processo SEI nº 19957.004796/2018-36, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM deferiu o pedido de registro de emissor de valores mobiliários categoria "A" de que trata a Instrução CVM nº 480/09 para o Banco Agibank S.A.

Em 26 de dezembro de 2018, a Administração do Banco aprovou a submissão do pedido voluntário de cancelamento de registro de companhia aberta na categoria "A" de emissores à CVM, tendo sido deferido através do Ofício nº 13/2019/CVM/SEP/GEA-1 em 18 de janeiro de 2019.

Em decorrência do alinhamento estratégico da Companhia após o deferimento do cancelamento de registro de companhia aberta, o acionista aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária de 28 de fevereiro de 2019, a cisão parcial do patrimônio líquido do Banco para a empresa Nuova Holding S.A., parte relacionada do Banco, com base em Laudo de Avaliação Patrimonial, emitido por auditor independente com data-base em 31 de dezembro de 2018.

Como consequência da cisão, as empresas Soldi Promotora de Vendas Ltda. e Promil Promotora de Vendas Ltda. passaram a ser controladas pela Nuova Holding S.A.

A composição dos saldos objeto da cisão parcial com base no Laudo de Avaliação Patrimonial, e as variações patrimoniais posteriores são demonstradas abaixo:

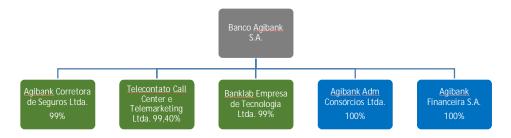
Parcela do acervo líquido cindido para a Nuova Holding	Banco Agibank
Investimentos	9.271
Patrimônio líquido cindido:	9.271

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

A seguir, o resumo da estrutura societária após a conclusão da reorganização societária descrita acima.

Estrutura após a reorganização societária de fevereiro de 2019



O processo de cisão parcial do patrimônio líquido do Banco Agibank foi aprovado pelo BACEN em 26 de julho de 2019.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Agibank ("Conglomerado") foram elaboradas de acordo com a Resolução nº 4.280, de 31/10/2013, e Circular nº 3.701, de 13/03/2014, do BACEN e atendem aos propósitos específicos das referidas regulamentações. As definições e os critérios de avaliação e reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas são aqueles previstos na regulamentação consubstanciada no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Em 31 de outubro de 2013, o Conselho Monetário Nacional - CMN emitiu a Resolução nº 4.280, requerendo que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) devem elaborar e apresentar as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, incluindo os dados relativos às entidades sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto, localizadas no país ou no exterior, considerando-se as características definidas no referido normativo.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, essas demonstrações financeiras consolidadas consideram o Banco Agibank S.A. como instituição líder a partir de outubro de 2016.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e normas estabelecidas pelo BACEN e estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e com as alterações estabelecidas pela Carta-Circular nº 3.624, de 26/12/2013, e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPCs 00(R1), 01(R1), 02(R2), 03(R2), 04(R1), 05(R1), 10(R1), 23, 24, 25, 27 e 33(R1), 41 e 46 - aprovados pelo BACEN.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Em atendimento à Circular BACEN nº 3.959/19 e Resolução BACEN nº 4.720/19, a partir de 1º de janeiro de 2020, os saldos do balanço patrimonial da data-base devem ser comparados com o balanço patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior.

A aprovação destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 14 de setembro de 2020.

a) Critérios de consolidação

No processo de consolidação, os saldos de transações entre as empresas foram eliminados e foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referente às participações dos acionistas não controladores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

b) Relação das instituições incluídas e excluídas nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

O Conglomerado Prudencial de 30 de junho de 2020, é composto pelas empresas: Banco Agibank S.A. ("Banco"), Agibank Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Financeira"), Agibank Administradora de Consórcios Ltda. ("Consórcio"), Agiplan Serviços de Cobrança Ltda. ("Cobrança") e Telecontato Call Center e Telemarketing Ltda. ("Telecontato").

Conforme Ofício 4586/2018, datado em 22 de março de 2018 emitido pelo BACEN, torna-se desnecessária a inclusão da empresa Centercomp Central de Serviços Compartilhados Ltda. deixando de ser consolidada a partir da data-base de fevereiro/2018.

i) Financeira

A Agibank Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, com sede em Porto Alegre - RS, foi constituída em 25 de março de 2011, autorizada a funcionar pelo BACEN em 9 de maio de 2011, de acordo com a publicação de autorização no Diário Oficial da União em 11 de maio de 2011, e tem por objeto a realização de operações de crédito, financiamento e investimento. O início das operações foi em 6 de junho de 2011.

ii) Consórcio

A Agibank Administradora de Consórcios Ltda., com sede em Porto Alegre - RS, tem por objetivo social a formação, organização e administração de grupos de consórcios, destinados à aquisição de bens móveis duráveis e imóveis.

Em 23 de julho de 2014, a Agipar Holding S.A. adquiriu 100% das ações da Via Certa Administradora de Consórcio S.A., mediante Contrato de Compra e Venda de Ações Sujeito a Condições Precedentes. A transferência do controle acionário direto foi comunicada ao BACEN no dia 21 de agosto de 2014 e teve aprovação do referido órgão em 6 de maio de 2015. A alteração de denominação social foi aprovada na Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de maio de 2015.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

b) Relação das instituições incluídas e excluídas nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial--Continuação

ii) Consórcio--Continuação

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, do dia 28 de abril de 2017, foi deliberado, entre outros assuntos, a transformação do tipo jurídico da Instituição em sociedade limitada. Este processo foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 6 de novembro de 2017.

iii) Cobrança

A Agiplan Serviços de Cobrança Ltda., é uma sociedade com sede em Porto Alegre e tem por objeto a realização de atividades de cobrança extrajudicial e informações cadastrais; cobrança extrajudicial de faturas e de dívidas para clientes e a transferência a clientes dos pagamentos recebidos; compilação e fornecimento de informações sobre a capacidade de endividamento de pessoas e de empresas e instituições financeiras, ao comércio e a empresas de outras atividades que necessitam avaliar a capacidade de crédito de pessoas e empresas; e aquisição de créditos oriundos de operações de crédito praticadas por empresas do Grupo Agibank, através do mecanismo de cessão, realizando a gestão dos respectivos créditos.

iv) Telecontato

A Telecontato Call Center e Telemarketing Ltda., é uma sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul e que tem por objeto a exploração das seguintes atividades: (a) cobrança extrajudicial; (a.i) telecobrança, teleatendimento e telemarketing; (a.ii) atendimento presencial e virtual; e (b) outras atividades decorrentes da execução de contratos e convênios de prestação de serviços, tais como gerenciamento, elaboração, inclusão e atualização de dados e informações cadastrais, e (c) aquisição de créditos oriundos de operações de crédito, através do mecanismo de cessão, realizando a gestão dos respectivos créditos

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

3. Descrição das principais práticas contábeis

a) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões créditos e outros créditos de liquidação duvidosa, provisão para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação de ativos financeiros, as provisões para perdas, as provisões para passivos fiscais, cíveis e trabalhistas, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação adquiridos com a intenção de serem ativa e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) Títulos disponíveis para a venda que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração de resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado ainda não realizados reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido até a sua realização por venda, líquido dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável. Os ganhos e perdas quando realizados, são reconhecidos mediante a identificação específica na data de negociação, na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, líquido dos correspondentes efeitos tributários; e

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

3. Descrição das principais práticas contábeis--Continuação

- c) <u>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</u>--Continuação
 - (iii) Títulos mantidos até o vencimento adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A Administração determina diretrizes para a classificação de títulos e valores mobiliários entre as categorias dispostas na Circular BACEN nº 3.068/01. As classificações dos títulos existentes na carteira, assim como aqueles adquiridos no período, são periódica e sistematicamente avaliadas de acordo com tais diretrizes. Conforme estabelecido no artigo 5º da referida circular, a reavaliação quanto à classificação de títulos e valores mobiliários só pode ser efetuada por ocasião dos balancetes semestrais. Além disso, no caso da transferência da categoria "mantidos até o vencimento" para as demais, essa só poderá ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, que tenha ocorrido após a data da classificação. Na Nota 6 está demonstrada detalhadamente a classificação dos títulos e valores mobiliários nas categorias títulos disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e para negociação.

A metodologia de ajuste a valor de mercado atende aos critérios de mensuração dos ativos financeiros, previsto pela Resolução CMN nº 4.748/19.

c) <u>Instrumentos financeiros derivativos</u>

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos passaram a ser classificados de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*).

As operações com instrumentos financeiros derivativos, compostos de operações de futuros, são mensurados na data do balanço a valor de mercado. A valorização ou desvalorização é contabilizada em conta de receita ou despesa, no resultado do período.

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* são classificadas como *hedge* de risco de mercado ou *hedge* de fluxo de caixa, segundo os critérios definidos na Circular BACEN nº 3.082 de janeiro de 2002 e alterações subsequentes. Nesses casos, também os itens objeto de hedge são ajustados ao valor de mercado, tendo como contrapartida desses ajustes (derivativo e respectivo item objeto de *hedge*): (i) a adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, no caso de *hedge* de risco de mercado e (ii) conta destacada do patrimônio líquido para a parcela efetiva do *hedge* de fluxo de caixa, deduzida dos efeitos tributários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

3. Descrição das principais práticas contábeis--Continuação

c) <u>Instrumentos financeiros derivativos</u>--Continuação

Esses instrumentos são utilizados para proteger exposições de risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida.

A parcela efetiva de *hedge* dos ativos e passivos financeiros, que corresponde à compensação da variação no valor de mercado ou no fluxo de caixa do item objeto de *hedge* num intervalo entre 80% e 125%, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado em conta específica do patrimônio líquido, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários. A parcela não efetiva é reconhecida diretamente no resultado do período.

d) Operações de crédito e provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa

A classificação do risco das operações de crédito e a constituição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foram definidas para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 Conselho Monetário Nacional - CMN.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no *rating* "H".

A provisão foi constituída de acordo com os critérios de classificação das operações de crédito com base na Resolução nº 2.682, do CMN, e legislação complementar. O montante constituído é considerado pela Administração suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos créditos julgados de difícil liquidação.

As rendas de operações de crédito vencidos há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

e) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros

De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/08 e alterações posteriores, o registro contábil da baixa do ativo financeiro está relacionado à retenção substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios;

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

3. Descrição das principais práticas contábeis--Continuação

- e) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros--Continuação
 - (ii) Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios;
 - (iii) Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios.

Nas operações da venda ou da transferência de ativos financeiros com transferência substancial dos riscos e benefícios, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência deve ser baixado do título contábil utilizado para registro da operação original, devendo o resultado positivo ou negativo apurado na negociação apropriado ao resultado do período de forma segregada.

f) Operações com cartão de crédito

Os valores a receber dos usuários de cartão de crédito pela utilização dos cartões para pagamento em estabelecimentos conveniados são contabilizados em "Títulos e créditos a receber", sem característica de operação de crédito. As operações de compras parceladas com juros e parcelamento da fatura são reclassificadas para operações de crédito.

g) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo

Estão demonstrados pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

h) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base em taxas anuais definidas pela legislação fiscal, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

No ativo intangível estão registrados os valores relativos a licenças, desenvolvimento de software e o registro da marca, demonstrados ao custo de aquisição, líquidos da amortização linear por taxas que contemplam a sua vida útil econômica.

k) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. O ágio fundamentado na expectativa de resultados futuros é amortizado em consonância com os prazos das projeções que o justificaram.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

3. Descrição das principais práticas contábeis--Continuação

I) Redução ao valor recuperável de ativo

O Banco e empresas controladas revisam anualmente se há alguma indicação de perda no valor recuperável dos ativos (*impairment*). Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado do período.

m) Depósitos a prazo e recursos de aceites e emissão de títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro-rata die".

n) Outros passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.823/09, do BACEN:

Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre os quais não cabem mais recursos;

Passivos contingentes - classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação; e

Provisões para passivos fiscais, cíveis e trabalhistas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

3. Descrição das principais práticas contábeis--Continuação

p) <u>Imposto de renda e contribuição social</u>

A provisão para imposto de renda corrente é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro líquido ajustado, conforme legislação fiscal, acrescida do adicional de 10%. A provisão para a contribuição social corrente é constituída à alíquota de 15% até agosto de 2015 e 20% para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018 sobre o lucro líquido ajustado, conforme legislação fiscal. A partir de janeiro de 2019, a alíquota da contribuição social retornou a 15% e, a partir de março de 2020, a alíquota da contribuição social passou a ser de 20%.

Os impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da contribuição social foram constituídos com base nas alíquotas de 25% para o imposto de renda e 20% para a contribuição social, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.059/02 e alterações introduzidas pela Resolução CMN nº 3.355/06, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, calculados sobre adições temporárias, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da contribuição social são registrados no grupo "Créditos tributários" no ativo ou "Fiscais e previdenciárias" no passivo, de acordo com o prazo estimado de realização.

q) Apuração de resultados

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, independente de recebimento ou pagamento.

r) <u>Lucro por ação</u>

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações do capital social integralizado nas datas das demonstrações financeiras, excluídas as ações mantidas em tesouraria.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Na demonstração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	30/06/2020	31/12/2019
Disponibilidades	53.714	21.416
Disponibilidades em moeda estrangeira	1.369	177
•	55.083	21.593
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		
Letras Financeiras do Tesouro	40.497	272.197
Letras do Tesouro Nacional	500.363	-
Notas do Tesouro Nacional	182.395	378.354
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	50.166
	723.255	700.717
Total	778.338	722.310

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, inclui, conforme Resolução nº 3.604/08 do CMN e CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa dinheiro em caixa, depósito bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

Em 30 de junho de 2020 o saldo de disponibilidades estava composto por R\$52.512 (R\$20.997 em 31 de dezembro de 2019) referente a numerário disponível em terminais de autoatendimento - ATMs.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Estão representados por operações compromissadas lastreadas por títulos públicos e aplicações em certificados de depósitos interfinanceiros.

	30/06/2020	31/12/2019
Aplicações no mercado aberto		
Posição bancada	723.255	650.551
Letras Financeiras do Tesouro	40.497	272.197
Letras do Tesouro Nacional	500.363	-
Notas do Tesouro Nacional	182.395	378.354
Aplicações em depósitos interfinanceiros	50.060	105.526
Aplicações em depósitos interfinanceiros	50.060	105.526
Total	773.315	756.077

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Composição da carteira

	30/06/2020	31/12/2019
Carteira própria		
Títulos para negociação		
Cotas de fundos de investimento	33.686	106.267
Títulos disponíveis para venda		
Letras Financeiras	10.904	54.497
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	41.182	75.977
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9.449	-
Títulos mantidos até o vencimento		
Títulos de capitalização	747	712
Vinculados à prestação de garantia		
Títulos disponíveis para venda		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	152.134	83.782
Títulos mantidos até o vencimento		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	38.325	37.656
Total	286.427	358.891
Circulante	45.451	161.514
Realizável a longo prazo	240.976	197.377

Do total das Letras Financeiras do Tesouro, R\$6.612 referem-se à garantia de operações realizadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, R\$48.966 à garantia da operação com credenciadora de cartão de crédito, R\$60.753 à garantia com operações de seguro e R\$74.128 à garantia de contratos de prestação de serviços em 30 de junho de 2020.

As cotas de fundos, registradas como carteira própria são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM.

As Letras Financeiras e as Letras Financeiras do Tesouro classificadas como "Títulos disponíveis para venda" são marcadas a mercado, refletindo a precificação atribuída pelos operadores que levam em conta demanda e oferta do papel.

As Letras Financeiras do Tesouro e títulos de capitalização classificados como "Títulos mantidos até o vencimento" são registrados pelo custo histórico amortizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos--Continuação

b) Classificação de títulos e valores mobiliários

	30/06/2020		31/12	/2019
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Títulos para negociação				
Sem vencimento	33.686	33.686	106.267	106.267
Subtotal	33.686	33.686	106.267	106.267
Disponíveis para a venda				
A vencer em até 12 meses	11.436	11.436	54.985	55.020
A vencer acima de 12 meses	202.328	202.233	159.205	159.236
Subtotal	213.764	213.669	214.190	214.256
Mantidos até o vencimento				
A vencer em até 12 meses	329	329	227	227
A vencer acima de 12 meses	38.743	38.743	38.141	38.141
Subtotal	39.072	39.072	38.368	38.368
Total	286.522	286.427	358.825	358.891

c) <u>Instrumentos financeiros derivativos - hedge</u>

Em 30 de junho de 2020, o Banco possuía contratos de operação de hedge de fluxo de caixa, cujo objeto de proteção correspondia a captações pós-fixadas, excluindo seus spreads de crédito, sendo que os instrumento de hedge correspondiam a contratos de DI futuro, negociados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

i) Política de utilização

O Banco contrata operações de *hedge* para eliminar ou reduzir riscos associados à variação de preços de algumas variáveis cujas oscilações, eventualmente, possam causar forte impacto no valor da empresa. A política de utilização dessas operações define o processo de hedge do risco de fluxo de caixa e da variação das taxas de juros, visando garantir a liquidez adequada, observando as regras dispostas no Normativo de Gerenciamento do Risco de Mercado e IRRBB e em atendimento à regulamentação vigente de exposição ao risco. Todas as operações de *hedge* são avaliadas e aprovadas pela diretoria competente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos--Continuação

- c) Instrumentos financeiros derivativos hedge--Continuação
 - ii) Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de risco de mercado é realizado pela aplicação dos procedimentos padronizados e instituídos em políticas corporativas, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Liquidez e Cenários de stress. A alocação dos recursos disponíveis do Banco e empresas controladas é feita sempre visando mitigar a exposição ao risco de mercado e à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas por uma instituição financeira, bem como das suas margens financeiras, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos índices, dos preços de ações e dos preços de mercadorias.

iii) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é apurado com base em taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

As premissas utilizadas para cálculo do valor de mercado dos objetos de rede são também as taxas referenciais dos derivativos utilizados como instrumento de hedge, divulgadas pela B3.

iv) Valores agrupados por ativo, faixas de vencimento, destacados os valores de referência, de custo, de mercado e ajuste a mercado

Instrumento de hedge Contratos DI Futuro Ativo	Vencimento	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Ajuste a mercado
DI1J21	Abr/21	10.000	9.673	9.839	(93)
DI1N21	Jul/21	10.000	9.549	9.768	(146)
DI1V21	Out/21	10.000	9.449	9.679	(159)
DI1F22	Jan/22	10.000	9.266	9.575	(235)
DI1J22	Abr/22	10.000	9.154	9.461	(237)
DI1F23	Jan/23	10.000	8.585	9.060	(407)
Total	•	60.000	55.676	57.382	(1.277)

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos--Continuação

c) <u>Instrumentos financeiros derivativos - hedge</u>--Continuação

iv) Valores agrupados por ativo, faixas de vencimento, destacados os valores de referência, de custo, de mercado e ajuste a mercado--Continuação

Objeto de hedge CDBs pós-fixadosS.A.CDI Ativo	Vencimento	Valor de referência	Valor de Custo	Valor de Mercado	Ajuste a mercado
CDB	Abr/21	9.937	9.605	9.736	97
CDB	Jul/21	9.890	9.434	9.610	151
CDB	Out/21	9.892	9.337	9.515	162
CDB	Jan/22	9.859	9.130	9.383	239
CDB	Abr/22	9.854	9.017	9.261	237
CDB	Jan/23	9.668	8.286	8.676	401
Total	·	59.100	54.809	56.181	1.287

7. Operações de crédito e títulos de créditos a receber

As operações de crédito e títulos de créditos a receber são compostas de empréstimos concedidos a pessoas físicas, decorrentes de operações de crédito e cartão de crédito.

a) Composição das operações de crédito e títulos de créditos a receber

	30/06/2020	31/12/2019
Empréstimos crédito pessoal	951.406	1.084.985
Empréstimos crédito pessoal consignado	446.024	263.015
Adiantamentos a depositantes	1.612	8.090
Empréstimos cheque especial	4.215	6.729
Empréstimos cartão de crédito	37.441	93.427
Empréstimos cartão de crédito consignado	172.823	113.010
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(225.159)	(413.932)
Total operações de crédito	1.388.362	1.155.324
Operações com característica de concessão de crédito	28.868	96.450
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(792)	(3.591)
Total títulos de créditos a receber	28.076	92.859
Total operações de crédito e títulos de créditos a receber	1.416.438	1.248.183
Circulante	1.074.090	1.064.109
Realizável a longo prazo	342.348	184.074

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

7. Operações de crédito e títulos de créditos a receber--Continuação

a) Composição das operações de crédito e títulos de créditos a receber--Continuação

As operações com característica de concessão de crédito referem-se ao saldo de títulos de créditos a receber no total de R\$28.868 (R\$96.450 em dezembro 2019) correspondente aos valores a receber dos usuários de cartão de crédito até a data de vencimento das faturas pela utilização em estabelecimentos conveniados para pagamento de compras e à provisão para outros créditos de liquidação duvidosa no total de R\$792 (R\$3.591 em dezembro 2019).

b) Composição da carteira por vencimento

As operações de crédito e títulos de créditos a receber apresentam o seguinte perfil por faixa de vencimento das parcelas:

30/06/2020	31/12/2019
219.746 546.882 522.799 218.472 92.730	447.608 582.164 442.470 130.810 51.892 10.762
1.642.389	1.665.706
	219.746 546.882 522.799 218.472 92.730 41.760

c) <u>Composição da carteira de operações de crédito e títulos de créditos a receber por níveis de</u> risco e provisão para créditos de liquidação duvidosa

	<u>-</u>	Carteira		Prov	⁄isão	
Nível de risco	% de provisão	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	
Α	0,5%	1.257.298	994.538	(6.286)	(4.973)	
В	1%	34.553	78.193	(347)	(782)	
С	3%	41.237	61.978	(1.237)	(1.859)	
D	10%	39.424	49.510	(3.942)	(4.951)	
E	30%	39.277	57.402	(11.783)	(17.221)	
F	50%	36.352	49.151	(18.176)	(24.575)	
G	70%	33.561	39.240	(23.493)	(27.468)	
Н	100%	160.687	335.694	(160.687)	(335.694)	
Total	_	1.642.389	1.665.706	(225.951)	(417.523)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

7. Operações de crédito e títulos de créditos a receber--Continuação

d) Concentração dos maiores tomadores de crédito

	30/06/2020		31/12/2019	
	Valor	Carteira	Valor	Carteira
20 maiores	1.923	0,12%	1.510	0,09%
50 maiores seguintes	3.357	0,20%	2.654	0,16%
Demais	1.637.109	99,68%	1.661.542	99,75%
Total	1.642.389	100%	1.665.706	100%

e) Movimentação da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa

	30/06/2020	31/12/2019
0.11	447 500	075 475
Saldo inicial	417.523	375.475
(Reversão)/constituição de provisões sobre operações de crédito	73.151	661.153
(Reversão)/constituição de provisões sobre outras operações com		
característica de crédito	(2.799)	861
Baixas por cessão	(143.613)	-
Baixas por perdas (compensação)	(118.311)	(619.966)
Saldo final	225.951	417.523

No semestre findo em 30 de junho de 2020, foram recuperados créditos lançados anteriormente a prejuízo no montante de R\$18.436 (R\$59.961 em 31 de dezembro de 2019) registrados em receitas da intermediação financeira de operações de crédito.

As operações de crédito renegociadas e refinanciadas no semestre findo em 30 de junho de 2020 totalizaram R\$741.527 (R\$988.716 em 31 de dezembro de 2019). Essas operações são decorrentes de operações da carteira ativa e foram registradas mantendo a classificação de risco e provisão para perdas existente anteriormente à renegociação, havendo mudança na classificação somente após o pagamento significativo da dívida renegociada.

f) Cessões de crédito

Em 29 de junho de 2020, o Banco efetuou cessão de créditos vencidos e baixados para prejuízo, sem coobrigação, ou seja, com transferência substancial dos riscos e benefícios, oriundos de suas operações de empréstimos, para o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL II.

Os saldos contábeis dos créditos cedidos em carteira ativa, integralmente provisionados, totalizavam R\$143.613 naquela data, gerando uma despesa líquida na venda de ativos financeiros de R\$134.429, uma reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$143.613 e uma receita na venda de ativos financeiros de R\$2.332. Os saldos dos créditos cedidos integralmente baixados para prejuízo totalizavam R\$347.388 naquela data, gerando uma receita na venda de ativos financeiros de R\$21.538.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

7. Operações de crédito e títulos de créditos a receber--Continuação

g) Contratos em garantia

Conforme disposto na Circular BACEN nº 3.996/20 e Resolução BACEN nº 4.795/20, a Linha Temporária Especial de Liquidez para aquisição de Letra Financeira com Garantia (LTEL-LFG) (Nota 13) é operacionalizada por meio de empréstimos contra cesta de garantias, constituída mediante a inscrição de gravame sobre ativos financeiros ou valores mobiliários registrados em entidade registradora ou depositados em depositário central. Em 30 de junho de 2020, o Banco constituiu garantias para essa operação no montante de R\$493.094 junto à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, tendo sido liberadas em julho de 2020 (Nota 27.b).

8. Recursos a receber de grupos encerrados - consórcio

	30/06/2020	31/12/2019
Valores a receber - cobrança judicial	2.534	2.553
Total	2.534	2.553

Os recursos a receber de grupos encerrados e transferidos para a Agibank Administradora de Consórcio, quando recuperados, serão rateados proporcionalmente entre os cotistas participantes dos respectivos grupos, estando a obrigação registrada em rubrica específica em "Recursos pendentes de recebimento - cobrança judicial".

9. Impostos a recuperar

	30/06/2020	31/12/2019
IRPJ e CSLL - Lei do Bem	12.155	18.556
IOF a recuperar COFINS a recuperar	1.963 671	1.128 683
Outros	489	441
IRPJ e CSLL a recuperar PIS a recuperar	127 112	2.645 111
Total	15.517	23.564

O saldo de IRPJ e CSLL - Lei do Bem refere-se a benefício fiscal proveniente da Lei nº 11.196/05, voltada a pessoas jurídicas que realizam pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica, proporcionando uma economia fiscal ao reduzir a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro de 60% a 80% dos dispêndios em P&D.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

10. Devedores diversos

	30/06/2020	31/12/2019
Dividendos a receber	20.194	20.194
Operações de cartão de crédito consignado do órgão consignante	12.597	11.284
Valores a receber venda de ações (Nota 23.d)	9.344	-
Cobrança a classificar - produtos	1.134	4.527
Outros devedores diversos	3.821	3.831
Empréstimos e antecipações a grupos de consórcio	1.144	1.050
Provisão para perdas	(1.564)	(1.329)
Adiantamentos diversos	931	-
Total	47.601	39.557
Circulante	38.257	39.557
Exigível a longo prazo	9.344	-

11. Investimentos

			30/06/2020			31/12/2019
	Patrimônio líquido	Resultado do período	Participação societária	Resultado de equivalência	Valor do investimento	Valor do investimento
Empresas não consolidadas no						_
Conglomerado						
Corretora (i)	19.960	6.890	99,00%	6.821	19.760	12.939
Banklab (ii)	2.610	1.895	99,00%	1.876	2.584	708
Outros investimentos (a)	-	-	-	-	4.259	4.729
Total	22.570	8.785		8.697	26.603	18.376

i Agibank Corretora de Seguros Sociedade Simples Ltda.("Corretora")

ii. Banklab Empresa de Tecnologia Ltda. ("Banklab")

⁽a) Em 23 de julho de 2014, a Agipar Holding S.A. (entidade não financeira, incorporada pelo Banco Agibank em 9 de fevereiro de 2018), adquiriu 100% das ações da Via Certa Administradora de Consórcio S.A. (atual Agibank Administradora de Consórcios Ltda), mediante Contrato de Compra e Venda de Ações Sujeito a Condições Precedentes, operação aprovada pelo BACEN em 6 de maio de 2015. Do valor da aquisição, foi gerado um ágio no montante de R\$6.494 (R\$4.225 em 30 de junho de 2020), corresponde ao excesso entre o custo de aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. Mediante a incorporação da Agipar pelo Banco, o ágio passou a ser amortizado em consonância com os prazos de projeções que o justificaram. Os outros investimentos totalizam R\$34.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

12. Imobilizado e intangível

		2020 Depreciação/		2019	Taxas anuais
	Ouete.	amortização	l (austala	و اواد داد ا	de depreciação/
	Custo	acumulada	Líquido	Líquido	amortização %
Imobilizado de uso	25.424	(13.438)	11.986	11.274	<u></u>
Instalações e benfeitorias	373	(114)	259	277	10 a 20
Móveis e utensílios	2.658	(855)	1.803	1.711	10
Máquinas e equipamentos	2.137	(2.070)	67	98	20
Equipamentos de informática					
e sistemas de processamento	17.855	(9.644)	8.211	8.101	20
Outros	2.401	(755)	1.646	1.087	20
Intangível	109.474	(36.649)	72.825	51.778	
Intangível em curso (a)	40.434	-	40.434	23.564	<u> </u>
Aquisição de licenças	34.109	(21.066)	13.043	10.572	
Desenvolvimento de software	32.272	(15.438)	16.834	17.436	
Outros	2.659	(145)	2.514	206	
Total - 2020	134.898	(50.087)	84.811	=	<u></u>
Total - 2019	100.556	(37.504)		63.052	
					=

⁽a) O saldo de R\$40.434 refere-se a gastos com o desenvolvimento de projetos internos de tecnologia compostos, substancialmente, por licenças de uso e serviços de terceiros.

13. Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos

Apresentamos a seguir, os depósitos e captações por faixa de vencimento:

	30/06/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos	103.427	322.398	1.202.268	1.628.093	1.703.317
Depósitos a vista	46.032	-	-	46.032	26.282
Depósitos a prazo	57.395	311.618	1.129.739	1.498.752	1.626.947
Depósitos interfinanceiros	-	10.780	72.529	83.309	50.088
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	253.210	51.724	304.934	172.896
Recursos de aceites cambiais	-	-	-	-	233
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	-	253.210	51.724	304.934	172.663
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	-	-	54.224	54.224	32.068

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

13. Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos--Continuação

O saldo de depósitos a prazo é composto, principalmente, por Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Recibos de Depósitos Bancários (RDB) e Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC (DPGE) onde: (i) 65% da carteira é indexada ao Depósito Interfinanceiro (DI), com taxas variando de 93% a 175% do DI; (ii) 26% da carteira é indexada à taxa de juros préfixada, variando de 2,66% a 11,69% ao ano; e (iii) 9% da carteira é indexada à taxa IPC-A, variando de 1,44% a 5,75% ao ano.

A carteira de depósito interfinanceiro é composta por Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), indexada a 100% do Depósito Interfinanceiro (DI).

Os recursos de aceites cambiais são decorrentes da incorporação dos saldos da cisão parcial da Agibank Financeira em 31 de dezembro de 2016 e referem-se a letras de câmbio captadas a taxas de 113% do Depósito Interfinanceiro (DI).

Os recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares referem-se à letra financeira (LF) onde: (i) 50% da carteira é indexada ao Depósito Interfinanceiro (DI), com taxa de 127% do DI; e (ii) 50% da carteira é indexada à taxa de juros pré-fixada de 6,78% ao ano.

A Letra Financeira Pública (LFP) possui remuneração de 100% do Depósito Interfinanceiro (DI) e taxa de juros pré-fixada de 2% ao ano.

O saldo da Linha Temporária Especial de Liquidez - Letra Financeira Garantida (LTEL-LFG) é indexado a 0,60% ao ano de acréscimo à taxa Selic (Nota 27.b).

Os instrumentos de dívida elegíveis a capital referem-se à Letra Financeira Subordinada (LFS) com remuneração pré-fixada de 10,5% e 11,69% ao ano, sendo o último vencimento em 28 de abril de 2026.

14. Fiscais e previdenciárias

	30/06/2020	31/12/2019
COFINS a recolher	11.516	4.722
Impostos e contribuições sobre salários	4.797	6.028
PIS a recolher	1.867	783
Impostos e contribuições sobre serviços	1.575	1.856
Provisão para IRPJ e CSLL	454	9.823
Outros	1.096	131
Total	21.305	23.343

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

15. Outras obrigações - diversas

	30/06/2020	31/12/2019
Fornecedores de seguros (a) Provisões para passivos cíveis e trabalhistas (Nota 16) Valores a pagar a sociedades ligadas Estabelecimento de cartão de crédito (b)	52.426 59.066 29.145 28.697	936 35.952 23.816 33.593
Fornecedores a pagar Outros credores diversos Obrigações com pessoal Obrigações por aquisição do Banco Gerador (d) Devoluções a clientes (c)	13.428 13.572 10.213 3.958 2.010	7.219 17.302 7.375 4.334 3.480
Obrigações por convênios oficiais Total	69 212.584	134.007
Circulante Exigível a longo prazo	153.518 59.066	98.055 35.952

⁽a) O valor de R\$50.418 refere-se a contas a pagar à seguradora Generali Brasil Seguros S.A. em decorrência de distrato contratual datado de 30 de junho de 2020 (Nota 27.a).

16. Provisões para passivos cíveis e trabalhistas

O Conglomerado possui provisões para passivos de ações judiciais de natureza cível e trabalhista em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas provisões estão registrados na rubrica "Outras obrigações - diversas" e demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	30/06/2020	31/12/2019
Trabalhista	Provável	39.992	23.270
Cível Total	Provável	19.074 59.066	12.682 35.952

⁽b) Referem-se aos valores a pagar aos estabelecimentos credenciados em decorrência das operações de compra através de cartão de crédito pelos clientes do Banco.

⁽c) Referem-se a valores a devolver a clientes pendentes de resgate.

⁽d) Saldos provenientes da incorporação da Agipar Holding, referentes a obrigações junto aos antigos controladores do Banco Gerador, conforme previsto no acordo de compra e venda entre as partes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

16. Provisões para passivos cíveis e trabalhistas--Continuação

A movimentação da provisão para contingências é como segue:

	30/06/2020	31/12/2019
Saldo inicial	35.952	11.239
(Reversão)/constituição de provisão	30.471	37.368
Baixa por pagamento	(7.357)	(12.655)
Saldo final	59.066	35.952

As ações cíveis são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais, bem como quando houver expectativa de desembolso futuro de caixa. As ações trabalhistas são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a fase processual e o histórico de perdas. Adicionalmente, o Conglomerado constitui provisão para as ações trabalhistas nas quais figura como polo passivo, mesmo que o vínculo empregatício do reclamante seja com outra empresa do grupo. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional, de natureza fiscal ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro do Conglomerado.

Os saldos de depósitos judiciais relacionados às ações apresentadas acima montavam R\$2.896 em 30 de junho de 2020 (R\$2.563 em 31 de dezembro de 2019) e estavam registrados na rubrica de "Outros créditos - Devedores por depósitos em garantia" no ativo realizável a longo prazo do Conglomerado.

Em 30 de junho de 2020, o Conglomerado era parte passiva em 2.382 processos cíveis com probabilidade de perda possível (4.246 em 31 de dezembro de 2019) no montante de R\$2.975 (R\$4.127 em 31 de dezembro de 2019), em 170 processos trabalhistas com probabilidade de perda possível (86 em 31 de dezembro de 2019) no montante de R\$3.262 (R\$1.793 em 31 de dezembro de 2019) e em 3 processos de natureza tributária com probabilidade de perda possível (2 em 31 de dezembro de 2019) no montante de R\$14.160 (R\$2.544 em 31 de dezembro de 2019). Os processos de natureza tributária correspondem a processos administrativos, sendo: (i) processos 11060-722.952/2019-16 e 11060-722.954/2019-05 da Agibank Financeira S.A., no valor de R\$2.544, referentes à cobrança de débitos de IRPJ e CSLL sobre despesas supostamente indedutíveis; (ii) processo 13370-720.869/2020-60 do Banco Agibank, no valor de R\$11.616, referente à cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS supostamente devidos pela empresa Agipar Holding S.A., incorporada pelo Banco em 2018, em decorrência da exclusão de receita de indenização apurada pela variação entre ativos e passivos entre a data do laudo de avaliação e a data da aprovação do processo de compra e venda do Banco Gerador. Os pedidos de impugnação encontram-se sob análise da Receita Federal do Brasil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social do Banco no valor de R\$326.927 pertence inteiramente a acionistas domiciliados no país. O capital social está composto por 416.551.753 ações ordinárias e 162.714.612 ações preferenciais sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal (Nota 27.d).

i) Banco

Em 31 de dezembro de 2016, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou o aumento de capital social mediante a cisão do Patrimônio da Agiplan Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento no valor de R\$80.000, mediante a emissão de 80.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscritas pela acionista Agipar Holding S.A. e integralizadas mediante a incorporação do patrimônio.

Na mesma data, foi aprovado para fins de absorção de perdas, contabilizadas em prejuízos acumulados, a redução do capital social em R\$62.000, passando dos atuais R\$260.469 para R\$198.469, sem extinção de ações.

A Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2016 foi homologada em 14 de março de 2017.

Em 9 de fevereiro de 2018 os acionistas do Banco Agibank S.A. aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da Agipar Holding S.A. Em decorrência da incorporação, as ações ordinárias do Banco detidas pela Agipar foram canceladas, sendo emitidas 467.109.375 ações ordinárias e 60.156.250 ações preferenciais, sem direito a voto, nominativas e sem valor nominal, resultando no aumento do capital social no valor de R\$5.337 e em lucros acumulados no valor de R\$235. Nessa mesma data, foi aprovada a capitalização de reservas de lucros no montante de R\$101.178, sem a emissão de novas ações. A Assembleia Geral Extraordinária de 9 de fevereiro de 2018 foi aprovada pelo BACEN em 2 de abril de 2018.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

17. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

i) Banco--Continuação

Em 28 de fevereiro de 2018, o acionista do Banco Agibank S.A. aprovou em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da Questa Holding S.A. A incorporação no Banco resultou no aumento do capital social no valor de R\$8.400, com a emissão de 32.558.362 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. A Assembleia Geral Extraordinária de 28 de fevereiro de 2018 foi aprovada pelo BACEN em 16 de abril de 2018.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de abril de 2018 foi aprovada a conversão de 70.000.000 ações ordinárias em 70.000.000 ações preferenciais. O processo foi aprovado pelo BACEN em 11 de maio de 2018.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de janeiro de 2019 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$15.000, mediante a emissão de 15.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, todas subscritas e integralizadas pelo acionista, mediante a utilização de parte dos créditos relacionados ao pagamento de juros sobre o capital próprio. O aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 5 de abril de 2019.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 - Contexto operacional, em 28 de fevereiro de 2019 o acionista do Banco Agibank S.A. aprovou em Assembleia Geral Extraordinária a cisão parcial do patrimônio líquido do Banco Agibank, sem o cancelamento de ações, reduzindo o capital social em R\$5.900. A cisão parcial do patrimônio líquido do Banco Agibank foi aprovada pelo BACEN em 26 de julho de 2019. Em 30 de abril de 2019 foi aprovado, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o aumento do capital social da Companhia em R\$4.443 mediante a emissão de 4.442.378 ações ordinárias, sem valor nominal, através da utilização dos créditos relacionados ao pagamento de juros sobre o capital próprio. O aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 9 de setembro de 2019.

ii) Financeira

O capital social da Financeira pertence inteiramente a acionistas domiciliados no país e é composto de 10.000.000 de ações ordinárias (Nota 27.c).

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 31 de dezembro de 2016, aprovou a redução do capital social em R\$80.000, em decorrência da cisão parcial da Financeira, passando o mesmo de R\$90.000 para R\$10.000.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

17. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social -- Continuação

iii) Consórcio

O capital social da Consórcio pertence inteiramente a acionistas domiciliados no país e é de R\$2.600, composto de 2.600.000 quotas, no valor de R\$1,00 cada.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, do dia 28 de abril de 2017, foi deliberado, entre outros assuntos, a transformação do tipo jurídico da Instituição em sociedade limitada. Este processo foi homologado pelo BACEN em 6 de novembro de 2017.

iv) Cobrança

O capital social da Cobrança é de R\$100 em moeda corrente nacional, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 100 quotas. Pertence inteiramente a quotistas domiciliados no país.

v) Telecontato

O capital social da Telecontato é de R\$500 em moeda corrente nacional, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 500 quotas pertence inteiramente a quotistas domiciliados no país.

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No primeiro semestre de 2020 foi destinado o valor de R\$1.934 para reserva legal.

c) Reserva de capital

Pela incorporação da Questa Holding S.A. descrita na Nota Explicativa nº 1, o valor de R\$11.436 foi destinado para formação de reserva de capital, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 28 de fevereiro de 2018.

No primeiro semestre de 2020, foi registrado o montante de R\$2.805 referente ao lucro apurado na venda das ações em tesouraria (Nota 23.d).

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

17. Patrimônio líquido--Continuação

d) Reserva de lucros

Em 9 de fevereiro de 2018 os acionistas do Banco aprovaram a capitalização de reservas de lucros, com exceção da reserva legal, no montante de R\$101.178.

e) Ações em tesouraria

Em 01 de julho de 2019, os acionistas do Banco aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária a aquisição de 11.585.327 ações preferenciais, sem direito a voto, para permanência em tesouraria, no montante de R\$6.539. Tais ações foram vendidas aos participantes do Programa de Partnership durante o primeiro semestre de 2020 (Nota 23.b).

f) <u>Destinação do resultado e lucro acumulado</u>

i) Banco

O lucro líquido do semestre findo em 30 de junho de 2020 foi de R\$38.680, sendo destinado R\$6.130 para juros sobre capital próprio, R\$1.934 para reserva legal e R\$30.616 para reserva estatutária.

ii) Financeira

O prejuízo do semestre findo em 30 de junho de 2020 foi R\$3.340, gerando um saldo em prejuízos acumulados no valor de R\$6.046.

iii) Consórcio

O lucro líquido do semestre findo em 30 de junho de 2020 foi de R\$177, resultando no saldo de R\$255 em prejuízos acumulados.

iv) Cobrança

O lucro líquido do semestre findo em 30 de junho de 2020 foi de R\$373, resultando no saldo de R\$1.505 em prejuízos acumulados.

v) Telecontato

O lucro líquido do semestre findo em 30 de junho de 2020 foi de R\$2.077, tendo sido absorvido pela reserva de lucros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

17. Patrimônio líquido--Continuação

g) Dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme o artigo 29 do Estatuto Social do Banco, é assegurada a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos dos artigos 201 e 202, da Lei nº 6.404/76, a ser pago segundo estipulado no artigo 205, § 3º do mesmo dispositivo legal, quando do encerramento do exercício.

Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros.

Em 30 de janeiro de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária do Banco aprovou a declaração de dividendos intermediários no valor de R\$9.000 à conta das reservas de lucros existentes nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Em 20 de abril de 2018, a Diretoria do Banco aprovou a destinação de R\$5.300 do lucro líquido do período para pagamento de juros sobre capital próprio. Em 29 de junho de 2018, o Conselho de Administração do Banco aprovou a destinação adicional de R\$6.200 para pagamento de juros sobre capital próprio.

Em 28 de fevereiro de 2019 e 31 de dezembro de 2019, a Diretoria do Banco aprovou a destinação de R\$5.226 e R\$23.867, respectivamente, para pagamento de juros sobre capital próprio.

Em 20 de abril de 2020 e 30 de junho de 2020, a Diretoria do Banco aprovou a destinação de R\$6.868 e R\$6.130, respectivamente, para pagamento de juros sobre capital próprio, conforme descrito abaixo:

			Ва	nco		
	30/0	6/2020	30/06	6/2019	31/1:	2/2019
Dividendos e juros sobre o capital próprio		Valor por ação (a)		Valor por ação (a)		Valor por ação (a)
Juros sobre o capital próprio declarados IRRF sobre os juros sobre o capital próprio Dividendos declarados Total	12.998 (1.950) - 11.048	22,438727 (3,365809) -	5.226 (783) - 4.443	9,335077 (1,398475) -	29.093 (4.363) - 24.730	51,378065 (7,706710) -
Dividendos e JCP pagos no período (b)	30.735	 	31.959	- •	31.959	

⁽a) Valor por lote de mil ações, expresso em Reais.

⁽b) Do total de R\$31.959, R\$19.443 foi aplicado no aumento do capital social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

18. Receitas de operações de crédito

	30/06/2020	30/06/2019
Empréstimos - crédito pessoal	559.046	684.862
Empréstimos - crédito consignado	64.754	41.787
Recuperação de perda	18.436	27.987
Cheque especial	218	937
Total	642.454	755.573

19. Receitas de prestação de serviços

	30/06/2020	30/06/2019
Comissões de adquirentes de cartões de crédito	2.204	3.079
Rendas com taxas de administração de consórcios	1.529	2.235
Rendas com outros serviços	387	286
Total	4.120	5.600

20. Rendas de tarifas bancárias

	30/06/2020	30/06/2019
Pandas de confecção de codestre, passas físico	5.631	6.961
Rendas de confecção de cadastro - pessoa física Rendas com anuidade de cartão de crédito	3.667	5.026
Rendas de tarifas bancárias - pessoa jurídica	827	323
Outros serviços diferenciados - pessoa física	93	98
Outros serviços - pessoa física	686	337
Total	10.904	12.745

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

21. Despesas administrativas

	30/06/2020	30/06/2019
Serviços junto a sociedades ligadas (Nota 23)	103.716	84.951
Comissões a sociedades ligadas (Nota 23)	69.094	60.847
Provisão para passivos cíveis e trabalhistas	30.471	13.456
Serviços de terceiros (processamento de cartão, comissões, etc)	27.078	18.950
Serviços do sistema financeiro	21.489	31.939
Processamento de dados (aluguel e manutenção dos sistemas)	17.549	14.673
Depreciação e amortização	13.113	11.711
Material	7.272	1.079
Promoções e relações públicas	7.244	1.361
Propaganda e publicidade	6.288	2.811
Comunicação	5.896	8.226
Serviços técnicos (auditoria, consultoria, etc)	5.355	3.989
Manutenção e conservação de bens	1.493	1.682
Viagens	1.466	1.103
Aluguéis	1.413	1.795
Outras despesas administrativas	4.443	4.635
Total	323.380	263.208

22. Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social

	30/06/2020	30/06/2019
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social (-) Participações no resultado	55.590 (2.557)	6.867
Resultado antes da tributação sobre o lucro	53.033	6.867
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25%, 15% e 20%	(21.706)	(2.727)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%	(1.270)	(17)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(22.976)	(2.744)
Juros sobre o capital próprio	5.506	2.091
Equivalência patrimonial	3.669	3.583
Adições/exclusões - permanentes	(2.828)	(1.045)
Incentivos fiscais (PAT, Doações)	1.496	8
Adequação da alíquota de Contribuição Social	1.132	-
Crédito extemporâneo IRPJ e CSLL	48	5.141
Outros	(14)	(536)
Total de imposto de renda e contribuição social	(13.967)	6.498

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

22. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) <u>Demonstração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social</u>--Continuação

	30/06/2020	30/06/2019
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(8.366)	4.346
Impostos diferidos:	, ,	
Adições/exclusões temporárias	(4.763)	1.416
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	` (838)	736
Total de imposto de renda e contribuição social no semestre	(13.967)	6.498

b) Créditos tributários

O Banco, a Financeira e a Telecontato possuem créditos tributários sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da contribuição social, conforme segue:

_	30/06/2020	31/12/2019
Saldo no início do período Reclassificação de crédito extemporâneo para prejuízo fiscal Crédito tributário - operações de <i>hedge</i> registradas no patrimônio líquido Constituição de crédito tributário Realização de crédito tributário	70.314 2.463 160 31.929 (37.530)	69.932 - - 62.665 (62.283)
Saldo no fim do período	67.336	70.314
Ativo circulante Ativo realizável a longo prazo Total	53.042 14.294 67.336	63.263 7.051 70.314

O saldo líquido do crédito tributário do Conglomerado em 30 de junho de 2020 é decorrente de diferenças temporárias ativas (R\$76.749), diferenças temporárias passivas (R\$12.235) e crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (R\$2.822). A expectativa de realização das diferenças temporárias ativas e do crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social está apresentada abaixo:

	30/06/2020	31/12/2019
Ano 1	56.444	66.548
Ano 2	10.533	7.945
Ano 3	4.790	4.170
Ano 4	1.211	926
Ano 5	2.415	1.708
Ano 6 a 10	4.178	2.896
Total	79.571	84.193

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

23. Partes relacionadas

As principais operações com partes relacionadas são realizadas com os acionistas e administradores das empresas integrantes do Conglomerado Prudencial e empresas do Grupo Agibank, conforme segue. As transações entre partes relacionadas foram contratadas em condições usuais de mercado.

a) Saldos com partes relacionadas

Saldo de contas ativas com partes relacionadas

_	Valores a receber		Aplicações interfinanceiras	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Empresas consolidadas no				
Conglomerado				
Controladas diretamente (ii)				
Agibank Financeira S.A Crédito,				
Financiamento e Investimento	2.338	1.051	32.210	103.182
Agibank Administradora de	-	0		
Consórcios Ltda. Telecontato Call Center e	7	6	-	-
Telecontato Call Center e Telemarketing Ltda.	23	6	_	_
Subtotal	2.368	1.063	32.210	103.182
Gubtotai	2.300	1.003	32.210	100.102
Empresas não consolidadas no				
Conglomerado				
Controladas diretamente (ii)				
Agibank Corretora de Seguros				
Sociedade Simples Ltda. (iii)	-	2	-	-
Banklab Empresa de Tecnologia Ltda.				
(iii)	34	1	-	-
Outras partes relacionadas				
Outras partes relacionadas	20	28	-	-
Promil Promotora de Vendas Ltda. (iii)	3.621	3.012	-	-
Soldi Promotora de Vendas Ltda. (iii)	349	2.067	-	-
Subtotal	4.024	5.110	-	-
Total	6.392	6.173	32.210	103.182
•				•

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

23. Partes relacionadas--Continuação

a) Saldos com partes relacionadas--Continuação

Saldo de contas passivas com partes relacionadas

	Valores a pagar		Depósito à vista		Depósito a prazo	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Empresas consolidadas no						
Conglomerado						
Controladas diretamente (i)						
Agibank Financeira S.A Crédito,						
Financiamento e Investimento	600	796	-	120	-	-
Agibank Administradora de						
Consórcios Ltda.			1	40	2.234	1.934
Telecontato Call Center e						
Telemarketing Ltda.	3.420	3.365	2.343	3	9.775	7.156
Outras partes relacionadas						
Agiplan Serviços de Cobranças Ltda.	-	-	-	10	-	76
Subtotal	4.020	4.161	2.344	173	12.009	9.166
Pessoal-chave da administração	-	-	100	53	5.006	12.095
Subtotal	-	-	100	53	5.006	12.095
Empresas não consolidadas no						
Conglomerado						
Controladas diretamente (ii)						
Agibank Corretora de Seguros						
Sociedade Simples Ltda. (iii)	7	6		1	19.867	11.664
Banklab Empresa de Tecnologia Ltda.	,	O	-	1	19.001	11.004
(iii)	2.895	2.768	1	_	6.361	3.515
Outras partes relacionadas	2.033	2.700			0.301	3.313
Outras partes relacionadas	_	1	23	5	21	24
Promil Promotora de Vendas Ltda. (iii)	11.129	7.257	301	1	357	912
Soldi Promotora de Vendas Ltda. (iii)	15.114	13.784	1	2	7.760	1.841
Subtotal	29.145	23.816	326	9	34.366	17.956
	20.110	23.010	020		2000	
Total	33.165	27.977	2.770	235	51.381	39.217

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

23. Partes relacionadas--Continuação

b) Transações com partes relacionadas

	Despesas administrativas Outras desp. e rec. operacionais		Desp. da intermediação financeira		Rec. da intermediação financeira			
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Empresas consolidadas no Conglomerado								
Controladas diretamente (ii)								
Agibank Financeira S.A Crédito,								
Financiamento e Investimento	-	-	-	-	120	-	957	1.576
Agibank Administradora de Consórcios Ltda.		-	-	-	35	64	-	-
Telecontato Call Center e Telemarketing Ltda.	24.409	20.872	-	-	125	204	-	-
Outras partes relacionadas						_		
Agiplan Serviços de Cobranças Ltda.	-	-	•	-	•	9	-	-
Subtotal	24.409	20.872	-	-	280	277	957	1.576
Pessoal-chave da Administração	-	-	-	-	158	333	-	-
Subtotal	-	-	-	-	158	333	-	-
Empresas não consolidadas no Conglomerado								
Controladas diretamente (ii)								
Soldi Promotora de Vendas Ltda. (iii)	-	33.793	-	3.000	-	175	-	-
Agibank Corretora de Seguros Sociedade								
Simples Ltda. (iii)	-	-	-	-	255	324	-	-
Promil Promotora de Vendas Ltda. (iii)	-	16.543	-	1.000	-	64	-	-
Banklab Empresa de Tecnologia Ltda. (iii)	13.312	16.292	-	-	60	85	-	-
Outras partes relacionadas								
Outras partes relacionadas	-	-	-	-	1	2	-	-
Promil Promotora de Vendas Ltda. (iii)	50.742	26.290	7.200	3.600	9	59	-	-
Soldi Promotora de Vendas Ltda. (iii)	91.657	41.680	9.900	3.600	28	122	-	-
Subtotal	155.711	134.598	17.100	11.200	353	831	-	-
Total	180.120	155.470	17.100	11.200	791	1.441	957	1.576

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

23. Partes relacionadas -- Continuação

b) Transações com partes relacionadas--Continuação

- (i) Em 9 de fevereiro de 2018, os acionistas aprovaram a incorporação dos saldos contábeis da Agipar Holding Financeira S.A. no Banco (Nota 1).
- (ii) As empresas Agibank Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento e Agibank Administradora de Consórcios Ltda. passaram a ser controladas pelo Banco em 9 de fevereiro de 2018 e as empresas Soldi Promotora de Vendas Ltda., Agibank Corretora de Seguros Sociedade Simples Ltda., Telecontato Call Center e Telemarketing Ltda., Promil Promotora de Vendas Ltda. e Banklab Empresa de Tecnologia Ltda. passaram a ser controladas pelo Banco em 28 de fevereiro de 2018 (Nota 1). As empresas Soldi Promotora de Vendas Ltda. e Promil Promotora de Vendas Ltda. deixaram de ser controladas pelo Banco em 28 de fevereiro de 2019 (Nota 1).
- (ii) Empresas não consolidadas no Conglomerado Prudencial.

c) Remuneração dos administradores

No semestre findo em 30 de junho de 2020, os benefícios proporcionados na forma de remuneração fixa, conforme as responsabilidades de seus Administradores, estavam assim compostos:

	Bai	Banco		
	30/06/2020	30/06/2019		
Remuneração	1.661	2.373		
Encargos sociais	374	534		
Total	2.035	2.907		

d) Programa de Partnership

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de julho de 2019, foi aprovado o Programa de Partnership que permite que administradores e colaboradores se tornem sócios do Banco através da adesão a contratos onerosos de compra de ações preferenciais. Os critérios de elegibilidade ao plano, bem como da precificação da ação negociada e da obrigação assumida pelo participante estão definidos em regulamento específico. O valor da compra e da venda das ações é mensurado a custo contábil, com base no patrimônio líquido auditado imediatamente anterior à data da transação, com prazo para pagamento de até 60 meses a partir da data do contrato.

Durante o primeiro semestre de 2020, os participantes do programa adquiriram 11.585.327 ações preferenciais que se encontravam em tesouraria, pelo montante de R\$9.344, registrado na rubrica Devedores diversos (Nota 10).

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

23. Partes relacionadas--Continuação

e) <u>Outras informações</u>

Com exceção do disposto acima, o Banco e suas controladas não proporcionaram benefícios de curto e longo prazos, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019.

Conforme legislação em vigor, não foram concedidos financiamentos, empréstimos ou adiantamentos para Diretores, e respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau

24. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

O gerenciamento de riscos é considerado pelo Banco Agibank um instrumento estratégico fundamental, realizado por unidade independente de gestão de riscos, baseado nas melhores práticas de mercado, com o objetivo de garantir que os riscos aos quais a Instituição está exposta sejam administrados de acordo com o apetite ao risco, as políticas e os procedimentos estabelecidos. O monitoramento é realizado por meio de relatórios diários entregues à Diretoria e principais lideranças com comentários de desempenho e demonstrativos de exposição em relação aos limites estabelecidos institucionalmente, sempre primando pela proatividade na gestão destes.

- (a) Risco de crédito: refere-se à possibilidade de perdas decorrente do n\u00e3o cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obriga\u00f3\u00f3es financeiras nos termos pactuados. Diariamente a \u00e1rea de gest\u00e3o de riscos realiza testes de estresse da carteira de crédito, medindo os impactos do aumento da inadimpl\u00eancia nos resultados da Empresa e nos demais indicadores de riscos.
- (b) Risco de mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas por uma instituição financeira, bem como das suas margens financeiras, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos índices, dos preços de ações e dos preços de mercadorias. O controle de risco de mercado é realizado pela aplicação dos procedimentos padronizados e instituídos em políticas corporativas. A alocação dos recursos disponíveis do Banco e empresas controladas é feita sempre visando mitigar a exposição ao risco de mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

24. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

- (c) Risco de liquidez: possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O monitoramento do risco de liquidez é realizado diariamente com base em indicadores estabelecidos em política, fluxo de caixa e cenários de estresse.
- (d) Risco operacional: é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. A avaliação dos riscos operacionais é realizada de forma a garantir a qualidade do ambiente de controle aderente às diretrizes internas e à regulamentação vigente. Os assuntos relacionados ao risco operacional são reportados mediante relatórios mensais à Alta Administração e relatórios específicos aos gestores das áreas.

25. Estimativa e hierarquia do valor justo

O valor justo dos instrumentos financeiros é calculado de acordo com a sua classificação, conforme segue:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos na data de mensuração;
- Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais, todos os inputs significativos são baseados nos dados de mercados observáveis.
- Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais, qualquer input significativo não se baseia em dados de mercados observáveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

25. Estimativa e hierarquia do valor justo--Continuação

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos mensurados pelo valor justo em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

			30/06/2020	
	-	Valor		Resultado
	Nível	contábil	Valor justo	não realizado
Ativo				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1	773.315	773.315	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos				
financeiros derivativos		286.427	286.427	-
Títulos para negociação	1	33.686	33.686	-
Títulos disponível para venda	1	213.669	213.669	-
Títulos mantidos até o vencimento	1	39.072	39.072	-
Operações de crédito e títulos de crédito a receber	2	1.642.389	2.189.998	547.609
		2.702.131	3.249.740	547.609
	•			
Passivo				
Depósitos	2	1.628.093	1.679.863	51.770
Recursos de aceites e emissão de títulos	2	304.934	310.818	5.884
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	2	54.224	60.025	5.801
	-	1.987.251	2.050.706	63.455
	_		31/12/2019	
	-	Valor	31/12/2019	Resultado
		Valor contábil	31/12/2019 Valor justo	Resultado não realizado
Ativo	<u>Nível</u>			
Aplicações interfinanceiras de liquidez				
		contábil	Valor justo	
Aplicações interfinanceiras de liquidez		contábil	Valor justo	
Aplicações interfinanceiras de liquidez Títulos e valores mobiliários e instrumentos		756.077	Valor justo 756.077	
Aplicações interfinanceiras de liquidez Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos Títulos para negociação Títulos disponível para venda	1	756.077 358.891	Valor justo 756.077 358.891	
Aplicações interfinanceiras de liquidez Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos Títulos para negociação Títulos disponível para venda Títulos mantidos até o vencimento	1 1 1 1	756.077 358.891 106.267 214.256 38.368	756.077 358.891 106.267 214.256 38.368	não realizado - - - - -
Aplicações interfinanceiras de liquidez Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos Títulos para negociação Títulos disponível para venda	1 1 1	756.077 358.891 106.267 214.256	756.077 358.891 106.267 214.256	não realizado 292.373
Aplicações interfinanceiras de liquidez Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos Títulos para negociação Títulos disponível para venda Títulos mantidos até o vencimento	1 1 1 1	756.077 358.891 106.267 214.256 38.368	756.077 358.891 106.267 214.256 38.368	não realizado - - - - -
Aplicações interfinanceiras de liquidez Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos Títulos para negociação Títulos disponível para venda Títulos mantidos até o vencimento Operações de crédito e títulos de crédito a receber	1 1 1 1	756.077 358.891 106.267 214.256 38.368 1.665.706	756.077 358.891 106.267 214.256 38.368 1.958.079	não realizado 292.373
Aplicações interfinanceiras de liquidez Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos Títulos para negociação Títulos disponível para venda Títulos mantidos até o vencimento Operações de crédito e títulos de crédito a receber Passivo	1 1 1 2 -	756.077 358.891 106.267 214.256 38.368 1.665.706 2.780.674	756.077 358.891 106.267 214.256 38.368 1.958.079 3.073.047	não realizado 292.373 292.373
Aplicações interfinanceiras de liquidez Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos Títulos para negociação Títulos disponível para venda Títulos mantidos até o vencimento Operações de crédito e títulos de crédito a receber Passivo Depósitos	1 1 1 2 -	756.077 358.891 106.267 214.256 38.368 1.665.706 2.780.674	756.077 358.891 106.267 214.256 38.368 1.958.079 3.073.047	não realizado 292.373 292.373
Aplicações interfinanceiras de liquidez Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos Títulos para negociação Títulos disponível para venda Títulos mantidos até o vencimento Operações de crédito e títulos de crédito a receber Passivo Depósitos Recursos de aceites e emissão de títulos	1 1 1 2 -	756.077 358.891 106.267 214.256 38.368 1.665.706 2.780.674 1.703.317 172.896	756.077 358.891 106.267 214.256 38.368 1.958.079 3.073.047 1.723.115 174.308	não realizado 292.373 292.373 19.798 1.412
Aplicações interfinanceiras de liquidez Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos Títulos para negociação Títulos disponível para venda Títulos mantidos até o vencimento Operações de crédito e títulos de crédito a receber Passivo Depósitos	1 1 1 2 -	756.077 358.891 106.267 214.256 38.368 1.665.706 2.780.674	756.077 358.891 106.267 214.256 38.368 1.958.079 3.073.047	não realizado 292.373 292.373

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

26. Gerenciamento de capital

A avaliação da necessidade de capital do Banco é feita com base no planejamento estratégico, instrumentalizada no orçamento econômico financeiro, que tem por premissas: a projeção do crescimento dos ativos, baseado na estimativa de oferta de crédito; estimativa de inadimplência, cobrança; projeção dos passivos necessários para a manutenção sustentável da liquidez dada a necessidade de crescimento dos ativos, quais sejam quantidade de colaboradores, nível de tecnologia e também das receitas e despesas, sejam elas operacionais ou administrativas, que ocorrerão dada a evolução esperada para a operação.

O Índice de Basileia, definido pelo Banco Central, é o principal indicador de gestão do nível de capitalização das instituições financeiras, podendo ser entendido como a relação entre Capital (PR) e o ativo ponderado pelo Risco (RWA). Paralelamente, também são acompanhados os indicadores de Razão de Alavancagem e os Índices de Capital Nível I e de Capital Principal.

Alinhado ao orçamento e ao planejamento estratégico, o Agibank estabeleceu o nível mínimo de 12% para o Índice da Basiléia Amplo, que é calculado adicionando ao RWA a parcela referente ao risco de taxa de juros da carteira bancária (IRRBB). Também é estabelecido o nível mínimo de 5% para a Razão de Alavancagem. O nível mínimo para o Índice de Basileia exigido pela regulação em vigor foi reduzido de 10,5% para 9,25% pela Resolução BACEN n° 4.783, enquanto o nível mínimo para a Razão de Alavancagem é de 3%.

O Índice de Basileia Amplo do fechamento dos últimos semestres reflete a adequação do capital aos objetivos citados. Como exemplo da gestão ativa de capital, salienta-se a emissão de Letra Financeira Subordinada no mês de abril/20.

Suficiência de Capital (R\$ mil)	30/06/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (<i>PR</i>)	527.830	499.300
Patrimônio de Referência Nível I	480.382	467.232
Capital principal	480.382	467.232
Patrimônio de Referência Nível II	47.449	32.068
Ativos Ponderado pelo Risco (RWA)	3.751.223	3.468.540
Parcela de risco de crédito (RWAcpad)	1.235.490	1.221.133
Parcela de risco de crédito (RWAmpad)	679	10.964
Parcela de risco de crédito (RWAopad)	2.515.054	2.236.443
Risco Banking (RBAN)	12.085	152.944
Exposição Total	2.798.102	2.636.725
Índice de Basileia (<i>PR/RWA</i>)	14,1%	14,4%
Índice de Basileia (<i>PR/RWA+RBAN</i>)	14,0%	13,8%
Razão de alavançagem	17.2%	17.7%

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

26. Gerenciamento de capital--Continuação

O Patrimônio de Referência do Agibank é composto pelo Capital Social e pelas Letras Financeiras Subordinadas, deduzidos os valores estabelecidos pela Resolução BACEN nº 4.192. A tabela a seguir detalha o cálculo do Patrimônio de Referência nos últimos semestres.

Composição do Patrimônio de Referência (R\$ mil)	30/06/2020	31/12/2019
Patrimônio líquido	559.881	525.319
Ajustes prudenciais do capital principal	79.500	58.086
Capital principal	480.381	467.232
Capital complementar	-	-
Nível I	480.382	467.232
Instrumentos elegíveis para compor o nível II	47.449	32.068
Nível II	47.449	32.068
Patrimônio de referência	527.830	499.300

O Capital de Nível II é composto por três operações de Letras Financeiras Subordinadas, totalizando o principal de R\$50.000 e saldo em 30 de junho de 2020 de R\$54.224. Não há previsão de recompra antecipada dessas operações.

Tabela com as LFSs (principal, saldo e vencimento)

Instrumento (R\$ mil)	Principal	Emissão	Vencimento	Remuneração	30/06/2020	31/12/2019
I C aubardinada	12 500	Mai 10	Abr 25	44.70/	15.245	44.424
LF subordinada	13.500	Mai-19	Abr-25	11,7%		14.431
LF subordinada	16.500	Mai-19	Abr-25	11,7%	18.633	17.637
LF subordinada	20.000	Abr-20	Abr-26	10,5%	20.347	-
Total	50.000				54.224	32.068

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais)

27. Eventos subsequentes

a) Contrato de seguro

Em 01 de julho de 2020, a controlada Agibank Corretora de Seguros Ltda. firmou contrato junto à seguradora Generali Brasil Seguros S.A. referente à comercialização e distribuição de produtos de seguro até 1º de abril de 2026, com exclusividade, mediante remuneração de comissão de corretagem. Esse contrato substituiu o contrato firmado em 28 de fevereiro de 2020, cujo objeto era também a comercialização e distribuição de produtos de seguro, porém, sob uma remuneração de comissão de corretagem inferior, e que previa o pagamento de R\$50.000 da Generali ao Banco correspondente a *Marketing Allowance* e a transferência da carteira de seguros de vida em grupo vigente à data do contrato. Esse valor foi efetivamente recebido pelo Banco em 20 de março de 2020.

Em 30 de junho de 2020, após reavaliação das condições comerciais e distrato do contrato original, o valor de R\$50.000 foi registrado no grupo "Outras obrigações - diversas - Fornecedores de seguros", corrigido por índice definido em contrato, tendo sido efetivamente pago à Generali Brasil Seguros S.A. em 20 de julho de 2020.

b) Liquidação da letra financeira garantida

Em linha com a estratégia de eficiência na gestão de ativos e passivos, em 15 de julho de 2020 o Banco liquidou o saldo de R\$127.253 da Linha Temporária Especial de Liquidez - Letra Financeira Garantida (LTEL-LFG) junto ao BACEN, direcionando suas captações para fontes de menor custo.

c) <u>Aumento de capital Agibank Financeira</u>

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária de 13 de agosto de 2020, o Banco Agibank, controlador da Agibank Financeira, subscreveu e integralizou 3.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no montante de R\$ 3.000. O processo de autorização do aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 18 de setembro de 2020.

d) Aprovação do Acordo de Investimento e Outras Avenças

Em 3 de setembro de 2020, foi firmado o Acordo de Investimento e Outras Avenças entre, dentre outras partes, o acionista controlador do Banco Agibank S.A., o Banco, e a Grassano Participações S.A. (veículo de investimento da Vinci Partners), prevendo, dentre outras condições, o aumento do capital social no Banco no montante de até R\$400.000, mediante a emissão de ações preferenciais correspondentes à participação minoritária no capital. A referida operação está sujeita à aprovação de determinadas condições suspensivas, incluindo a autorização pelo BACEN.